

1982

Um ano de mais crescimento e menos inflação?

O ano de 1982 será melhor que o de 1981 e um dos fatores que contribuirão para um melhor desempenho da nossa economia é o fato de a inflação estar declinando. Essa é a opinião do secretário da Fazenda de São Paulo, Afonso Celso Pastore. Já a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) teme o recrudescimento da inflação ou a alta dos juros, enquanto o ex-ministro Mário Henrique Simonsen acha possível um crescimento em torno de 5% no produto interno bruto (PIB) este ano.

Ante o plenário do Grupo de Assessoria e Participação (GAP), Afonso Celso Pastore disse ontem que as estimativas para a economia de São Paulo este ano indicam uma razoável recuperação na receita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), em razão do aumento da receita com a exportação de café, importações e atividades industriais.

Pastore argumentou que a desativação industrial gerou, em contrapartida, uma queda da receita do ICM mas que este ano a situação tende a inverter-se.

O secretário falou ainda sobre a recuperação do Banco do Estado de São Paulo (Banesp), que deve fechar o balanço de 1981 com um volume de depósitos à vista da ordem de Cr\$ 180 bilhões e um lucro líquido no Exterior em torno de 25 milhões de dólares.

Quanto ao endividamento externo de São Paulo, Pastore disse ser "pequeno" — 3,5 bilhões de dólares, somando-se todos os com-

promissos contraídos pelas empresas estatais paulistas. Acrescentou que a recuperação da economia de São Paulo irá garantir o ritmo das obras públicas e a conclusão das já iniciadas.

Por último, Pastore anunciou também que a Secretaria de Administração do Estado está concluindo os estudos relativos ao próximo reajuste de vencimentos do funcionalismo, cuja mensagem será enviada à Assembleia Legislativa no início de março. Disse que o Orçamento do Estado prevê uma reserva de contingência de Cr\$ 145 bilhões para atender àquele reajuste e que, dentro de dez dias, os estudos preliminares serão encaminhados ao governador e analisados pela área econômica.

Advertência

Em sua Carta Econômica de janeiro, a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) advertiu que a manutenção de um elevado déficit público este ano pode produzir duas consequências negativas: ou o governo recorre à emissão de moeda, arriscando-se a um recrudescimento da inflação, ou continua a utilizar intensamente o open market na colocação de títulos, para financiar o déficit, provocando uma pressão altista sobre os juros.

A Anbid considera ruim qualquer das hipóteses, embora prefira a segunda. Ao interpretar a posição da entidade dos banqueiros de investimento, o economista Antônio Carlos Lemgruber, professor da Escola de Pós-graduação da Fundação

Getúlio Vargas e diretor de Câmbio do Banco Boa Vista, defende o corte de subsídios como maneira mais eficaz de reduzir o déficit embutido no Orçamento Monetário e a menos onerosa para a economia.

A Carta diz que "a oportunidade de se lançar um forte ataque aos subsídios poderia ter sido melhor aproveitada durante os debates sobre o Orçamento Monetário de 82, pois não é possível manter-se por muito tempo uma política monetária restritiva sem um política fiscal apertada. Na verdade, a folga fiscal (elevado déficit) acaba repercutindo sobre a política monetária no futuro, já que o déficit nas Contas Públicas não pode ser indefinidamente financiado por títulos".

Segundo Lemgruber, esse fenômeno está afetando as economias de alguns países, como Estados Unidos, Argentina e Inglaterra, nos quais os agentes econômicos estão sendo influenciados negativamente pelas expectativas de um aumento dos juros e da inflação, justamente porque os governos estão praticando políticas monetárias restritivas e alimentando déficits públicos crescentes.

O economista teme que o mesmo aconteça no Brasil este ano, pois os poupadores e os tomadores de dinheiro podem passar a agir conjuntamente para defender-se de uma inflação futura maior, pressionando, no presente, as taxas de juros ou estocando mercadorias. Para ele, o desenho do Orçamento Monetário deste ano estabelece a dúvida quanto ao êxito do governo

de evitar uma expansão monetária além de 50% como está previsto, sem recorrer ao open market.

PIB e salários

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirmou ontem em Salvador (onde foi inaugurar uma agência do Banco Bozano, Simonsen) ser perfeitamente possível um crescimento em torno de 5% no produto interno bruto (PIB) este ano, como prevêem fontes oficiais:

— Depois de uma recessão, é fácil ter-se um grande aumento.

Simonsen lembrou que isso ocorreu, por exemplo, em 1966, quando o PIB cresceu 9,9%. No ano anterior houve um desempenho negativo de 4,7%. Ele acha que o PIB de 1981 será negativo ou levemente positivo.

Ele disse que as metas do governo tanto para o crescimento econômico quanto para o nível inflacionário "são perfeitamente factíveis, mas dependem da política do governo na execução do Orçamento Monetário". A inflação, segundo ele, poderá ficar em torno de 75%. E sugeriu como medida suplementar para conseguir-se esse índice uma mudança na política salarial, dizendo que o ideal seria que fosse simplesmente substituída pela livre negociação entre empregados e empregadores, com exceção do salário mínimo. E, para terminar, disse que a atual política de salários não traz tranqüilidade social, argumentando assim:

— Como pode haver tranqüilidade social com aumento de desemprego?